



CARTOGRAFIA SOCIAL NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/ CEARÁ

Alexandra Maria de Oliveira

alexandra.oliveira@ufc.br¹

Antônia Sandra Honoria de Sousa

antoniasandrahonoria@gmail.com

Fabiano Fontenele Farias

fabianobalu@gmail.com

Resumo

Este artigo trata de uma leitura sobre oficina didática com a cartografia social desenvolvida na Escola Raimundo Facó no Assentamento Antônio Conselheiro em Aracoiaba no Ceará, através de parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Universidade Federal do Ceará, no período de 2016 e 2018. O objetivo do trabalho é revelar leituras dos educandos sobre a organização territorial do assentamento promovida pela escola do campo, enfatizando questões relativas a importância da leitura espacial do assentamento no desenvolvimento de práticas econômicas, políticas e culturais. A metodologia foi constituída de pesquisa de campo, oficina didática de cartografia social e entrevistas diretas. O mapa social se apresentou como um produto fundamental no reconhecimento das comunidades com seus espaços de moradia, trabalho e cultura; capaz de promover, o aprendizado sobre a organização espacial do assentamento e de ser um documento para fortalecer a luta pela autonomia na autogestão dos espaços pelas comunidades camponesas junto aos órgãos públicos.

Palavras-chave: Escola do campo. Aprendizagens significativas. Campesinato.

Introdução

A leitura proposta tem como pressuposto a educação do campo, que se encontra na denominada Pedagogia do Movimento proposta por Caldart (2004). A discussão original dos conceitos de educação do campo, pedagogia do movimento, escola do campo, nasceu de demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária brasileiros.

¹ Universidade Federal do Ceará, o trabalho é produto coletivo de pesquisas de Extensão e Mestrado; agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão da UFC e a Fundação Cearense de Pesquisa (FUNCAP) pela concessão de bolsa de mestrado ao PPGGeo/UFC nos anos de 2017 e 2018.

Na luta por um projeto popular de desenvolvimento do campo, os Sem Terra expressam a concepção do direito à educação e do dever do Estado. No processo de luta pela reforma agrária, a posse e o uso da terra passam a ter condição para se viabilizar um conjunto de outras lutas: luta por escolas e formação de qualidade, por educação contextualizada, por estrutura viária básica, entre outras. Esse é um fato extremamente relevante na compreensão dos processos políticos e sociais que envolvem a escola do campo.

De acordo com Fernandes (2006, 2011 e 2012) foi da demanda específica por educação nos acampamentos e assentamentos do MST que nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Com esse programa e a continuidade da luta contra o “latifúndio do saber”, foram criados, Brasil a fora, escolas de ensino fundamental e médio em áreas de assentamentos rurais e cursos de nível superior para os assentados nas universidades públicas, entre outros.

O movimento de luta pela reforma agrária dos últimos anos desenvolveu e conquistou diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e territoriais no País. No Ceará, o Pronera foi permitindo a conquista de espaços e modalidades de ensino que se ampliam fortalecendo a relação campo-cidade ou universidade escola básica do campo. As lutas do povo acampado e assentado dentro e fora dos acampamentos e assentamentos tornaram-se um recurso poderoso na espacialização das lutas camponesas. Essas estão desenvolvendo no território conquistado o sentido de trunfo proposto por Raffestin (1993), ao defender esse sentido como um poderoso conceito do campo geográfico.

A análise da educação presente no campo brasileiro passa, nos dias atuais, pela leitura de dois projetos inconciliáveis: o projeto oficial e o projeto popular. Assim, a manutenção de diferentes formas de produção e trabalho na terra camponesa, a luta por direitos e, ainda, por uma educação do campo, é parte constitutiva da luta pela reforma agrária popular dinamizada no seio dos movimentos e das representações camponesas.

A Escola do Campo como Espaço de Aprendizagens Significativas

A luta pelo desenvolvimento rural tem sido acompanhada pela conflitualidade presente em projetos que se contrapõem no território brasileiro: um projeto majoritário, feito em nome



da expansão do agronegócio, e um projeto popular, desenvolvido a favor dos povos do campo. Para Fernandes (2012), ao elegermos a educação do campo como um caminho para o desenvolvimento rural, é preciso ter clareza sobre qual identidade social pretendemos formar. Nessa perspectiva, a educação do campo tem papel fundamental na produção de um currículo emancipatório e na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

O campo brasileiro tem estabelecido de forma regular um dinamismo na luta por direitos, mostrando sua identidade e cultura, seus valores e sua organização política, tendo como principais representações a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), os Movimentos Indígenas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conforme Fernandes (1996), a consolidação desses movimentos sociais passa por princípios, organicidade, formas de ações que são recriadas e que se apresentam em uma nova configuração de protestos e no debate sobre as alternativas de desenvolvimento rural a favor dos povos do campo. A presença marcante dos sem-terra em rede nacional e internacional reivindicando não apenas ser beneficiários de direitos, mas ser sujeitos, agentes históricos da construção dos direitos, incomoda a elite brasileira.

Ao analisar o Pronera e os Cursos de formação com os jovens do campo no Ceará, Diniz (2002), Carvalho (2006) e Oliveira, Sampaio e Alencar (2013) reafirmaram o fato de os movimentos sociais do campo na luta pela garantia do direito à educação passarem a reivindicar, de forma expressiva a partir de meados da década de 1990, junto ao governo estadual e federal, uma política educacional pública que viesse atender as necessidades da classe trabalhadora rural. No estado, a luta por uma educação de qualidade para as crianças e os jovens do campo se manteve com mobilizações e marchas de Sem Terra em Fortaleza, fechamento de rodovias, ocupações de prédios públicos, criação de encontros, congressos, cursos de formação sobre a realidade brasileira e feiras agroecológicas entre outros eventos, comprovando que a luta do campo se conquista na cidade.

A novidade foi que as mobilizações favoreceram diálogos entre o setor de educação do MST e a Secretaria de Educação do Ceará que garantiu a instalação das primeiras escolas de ensino médio no campo. Das onze estruturas que a gestão estadual comprometeu construir em 2007/2008, todas estão em áreas de assentamentos rurais. Cientes de que o currículo hegemônico das escolas públicas não daria conta da formação contextualizada dos jovens do

campo, foram criados componentes curriculares relacionados à realidade social, política e organizacional da vida no campo. A proposta pedagógica da escola tem se empenhado em formar cidadãos comprometidos com as causas sociais, além de cultivar valores como amizade, participação, solidariedade, companheirismo, compromisso e responsabilidade inclusive com o meio ambiente. Assim, os projetos e atividades ocorridos nas disciplinas procuram entender melhor a relação sociedade e natureza.

No processo, o Movimento Sem Terra tem reflexões críticas sobre a necessidade de provocar alterações radicais no modo de produção capitalista e, ainda, tem se colocado na condição de sujeito político protagonista, empenhado na tarefa histórica de luta permanente pela transformação social. Numa tarefa tática e imediata, vem construindo processos formativos em agroecologia e processos de produção agroecológica em transição, ambos mediados pelos anseios da construção de novas relações sociais. Nessa leitura, enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente, a agroecologia não utiliza produtos químicos, recicla totalmente seus componentes e prioriza o desenvolvimento da diversidade genética no espaço agrário. Só no Norte e Nordeste do país já existem cerca de dois milhões de unidades de produção que não utilizam agrotóxicos (MST, 2015).

No Nordeste, se por um lado a produção agroecológica tem sido impulsionada pela comercialização solidária de produtos nas feiras que tem favorecido o crescimento do número de agricultores adeptos da agricultura agroecológica (RODRIGUES, 2011 e BATISTA, 2014). Por outro lado, a educação do campo proposta pelo Movimento tem promovido a valorização da vida no campo. Crianças e jovens que muitas vezes pouco tem de motivação para permanecer no campo, constroem um projeto com perspectivas de vida no campo frente ao projeto do agronegócio (MARINHO, 2016).

Assim, o que se tem hoje nas escolas dos assentamentos no Ceará é, sem dúvida, em grande parte um êxito da escolarização promovida pelo MST. Isso porque, conforme Martins (2008), o Movimento tem suprido carências de saber com criatividade e conservado a utopia da universalidade do ser e do direito. Isso acontece, sobretudo, porque a ideologia educacional do MST tem a coerência que falta à ideologia sindicalista dos professores da rede pública e privada de ensino: a escola dos sem-terra liga-se ao projeto utópico de um modo de vida que é viável e que representa uma resistência legítima às diferentes forças que, em nome da grande economia



multinacionalizada e voraz, nulificam valores, crenças, maneiras de viver e capitais sociais acumulados ao longo dos séculos.

A cartografia social na leitura espacial do Assentamento rural

O trabalho com a cartografia no Assentamento Antônio Conselheiro foi um desafio que surgiu no percurso de nossa prática e vivência no cotidiano do lugar. Ao longo da pesquisa nos órgãos públicos e das entrevistas no assentamento sentimos a carência de informações “precisas” sobre a localização das comunidades, dos roçados, dos recursos hídricos, dos equipamentos urbanos entre outros. Os camponeses também revelaram a falta de um mapa das comunidades localizando as barracas ao longo da BR 222, para mostrar ao técnico que viesse mudar o material de lona para ferro, algo proposto pelo Incra. Para os assentados o mapa ajudaria a mostrar que eles gostariam de permanecer com suas barracas nos seus lugares de origem. Portanto, a curiosidade proveniente da pesquisa e situações de conflitos sociais presentes no assentamento serviram de estopim para iniciarmos um trabalho de representação e mapeamento do assentamento. Tínhamos consciência de que os educandos da EJA conheciam o assentamento na escala de um para um. E foi pensando o assentamento não apenas como uma área de terra desapropriada com fim de cumprir as disposições legais relativas à reforma agrária, mas, como um espaço heterogêneo construído por famílias camponesas, que no cotidiano se organizam e lutam por um projeto de desenvolvimento rural que avançamos na produção de um mapa coletivo.

O Assentamento Antônio Conselheiro está composto por cerca de 120 famílias organizadas em quatro comunidades. O mesmo foi fruto da ocupação da Fazenda Córrego do Quixinxé em 1995 organizada pelos camponeses com o apoio do MST, da Comissão Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá. De acordo com os camponeses havia a necessidade de uma organização política capaz de superar a situação de submissão em que se encontravam (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2017).

A Escola de Ensino Infantil e Fundamental Raimundo Facó está localizada na Comunidade Umari e contava em 2018 com 161 educandos com uma faixa etária entre 03 a 17 anos distribuídos em turmas do ensino fundamental I e II, no período diurno, e a turma do Projovem Campo, período noturno. A maior parte dos educadores é licenciada em pedagogia e possuem contratos temporários com o município de Aracoiaba. Duas das professoras são

moradoras do assentamento Antônio Conselheiro, sendo, a maioria constituída por moradores de comunidades do entorno. É importante ressaltar que a Escola Raimundo Facó encontra-se dentro de uma área de Reforma Agrária, portanto, tem procurado defender uma proposta contextualizada de educação em seu projeto político pedagógico – a educação do campo. Essa proposta tem por objetivo construir um projeto coletivo voltado para a emancipação humana. Uma concepção oriunda da trajetória de lutas sociais e certezas de que a educação vigente no Brasil não responde a real necessidade de direitos dos povos camponeses.

De acordo com Sousa (2018), no processo de organização sócio espacial do assentamento temos: a Comunidade de Furnas formada por cerca de 50 famílias em maior número descendentes de ex-moradores da antiga fazenda. O uso da terra se dá pela agricultura familiar no cultivo do feijão, milho, jerimum, maxixe e mandioca, sendo utilizado o açude do Coletivo como fonte de abastecimento domiciliar e na produção agrícola. A Comunidade Córrego do Facó é formada por cerca de 35 famílias, que tem na produção agrícola o milho, o feijão e outros legumes que são fonte de renda e alimentação familiar. As famílias complementam suas rendas, ainda, com a venda de produtos em barracas localizadas ao longo da estrada na BR 122. Como recursos hídricos a comunidade conta com as águas do rio Chorozinho e do açude da Vila. A Comunidade Sede é onde funciona a Associação dos Produtores do Assentamento. A agricultura familiar está presente na comunidade, com o cultivo do feijão, do milho, do jerimum entre outros. A agrovila conta com as águas do Açude 21, fundamental na produção da agricultura local. Temos, ainda, a Comunidade de Umari composta por cerca de 80 famílias que trabalham com a produção familiar e o comércio de produtos ao longo da BR-122. As famílias trabalham com a agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais: suínos, aves, caprinos e bovinos.

Nas comunidades as famílias camponesas vivem do roçado, com ênfase no trabalho familiar, privilegiando seus quintais produtivos e a venda de excedente em barracas distribuídas ao longo da BR122.

A turma de Educação de Jovens e Adultos do campo estava composta com cerca de 20 educando com faixa etária entre 25 e 60 anos estudando no período noturno na escola Raimundo Facó. A professora da EJA é uma agricultora camponesa assentada com licenciatura em Pedagogia e liderança do MST Ceará. Todos os educandos são trabalhadores rurais que além



de manter o trabalho na terra, desenvolvem atividades de articulação política e socialização das tarefas no assentamento. Portanto, trata-se de uma turma de EJA engajada em um projeto coletivo de educação voltado para a emancipação social do povo.

Os procedimentos metodológicos foram pautados na cartografia social proposta por Batista (2014) e Santos (2016). Para esses autores a cartografia social traz novos elementos para pensar o mapeamento junto às comunidades tradicionais indicando a possibilidade de produção de um mapa coletivo que revela as relações sociais de produção do espaço geográfico. No processo o primeiro momento foi composto pelo envolvimento dos educandos com o projeto de pesquisa e com a Geografia como disciplina escolar. Esse momento foi composto por uma roda de conversa com apresentação e questionamentos sobre a vida e o cotidiano do assentamento. A conversa continuou com a aula expositiva sobre o tema Cartografia e a leitura crítica sobre a relação entre a cartografia oficial e social; discutimos os elementos básicos da Cartografia: título, legenda, escala entre outros e ainda, e elegemos elementos básicos para o desenvolvimento dos croquis das Comunidades: estradas, recursos hídricos; casas de moradia; áreas de roçados entre outros. (figura 01).

Figura 01 – Comunidade Umari.

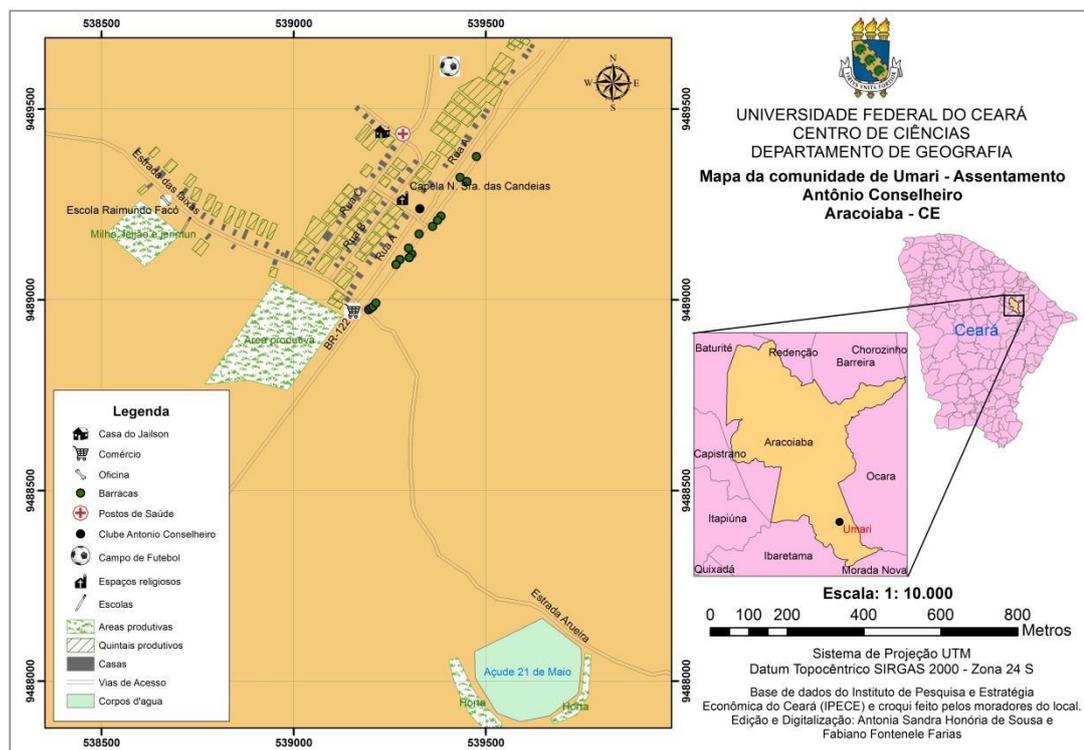
Assentamento Antônio Conselheiro – Ceará, 2018.



Antônio Conselheiro. A figura 02 apresenta um mapa foi feito a partir dos croquis dos assentados Sr. G., Sra. G., Sra.P., Sra. E., Sra. C., Sr. A, Sr. J.F., Sr. F. M. e Sr. S. P.

Figura 02 – Mapa da Comunidade Umari.

Assentamento Antônio Conselheiro – Ceará, 2018.



Fonte: Farias, F. (2018)

O segundo momento foi apresentação do ajuste dos croquis e uma retroalimentação para a constituição de uma melhor estrutura da organização das estradas; recursos hídricos; casas de moradias com seus quintais produtivos; espaços de localização de barracas para comercialização de produtos nas estradas e elementos outros considerados fundamentais na descrição do espaço vivido dos educandos.

De posse das informações que retroalimentaram o mapa social das comunidades caminhamos para o terceiro momento, que veio com a apresentação do Mapa coletivo e a socialização com a professora da EJA (figura 03) que se comprometeu a filmar a aula na qual repassaria o mapa para os educandos e nos enviaria o vídeo.

Figura 03 – Momento de Entrega Mapa social.

Comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro – Ceará, 2018.



Fonte: Gonçalves, G. (2018)

A rigor não seguimos todas as dicas do procedimento metodológico como, por exemplo: o curso de operacionalização no uso de GPS ou mesmo a confecção de cartilha ou fascículos com os resultados da pesquisa. Mesmo assim, fizemos questão de digitalizar e confeccionar o Mapa Social do Assentamento Antônio Conselheiro (2018) e deixarmos uma cópia na Escola.

O trabalho com a “cartografia simples” com educandos da EJA foi além de uma discussão teórica, buscamos identificar o olhar geográfico dos sujeitos sob o espaço social por eles produzido nas relações cotidianas. Todos os mapas foram elaborados a partir da visão dos assentados, levando em consideração a espacialização que o coletivo tem do assentamento, representando não só costumes do cotidiano e identidades sócio-espaciais mas, sobretudo, identificando conflitos previstos com os órgãos institucionais.

O trabalho com a cartografia social chegou num momento pertinente para o assentamento que como muitos outros no Ceará, estão vivendo o dilema da regularização fundiária promovida pela Lei 13.465 de 2017, muitas vezes divulgada como o caminho para a



“emancipação” dos assentamentos rurais. No processo de discussão as comunidades estão aproveitando para também fazer um levantamento sobre as atividades desenvolvidas no assentamento e o reordenamento de novos espaços de produção, comercialização e lazer. Nesse contexto, um dos educandos ressaltou: “Fica mais fácil às pessoas verem que estamos trabalhando, que além dos roçados temos outros projetos nas comunidades que fortalece a luta camponesa, daí a importância de uma cartografia simples” (Sr. G. Assentamento Antônio Conselheiro, CE, 2018).

Para a camponesa,

O bom do mapa foi a riqueza dos detalhes, e a divisão que temos das agrovilas também foi muito legal, para que os assentados possam ter a dimensão das partes do assentamento. Porque como o assentamento são quatro agrovilas, ele está muito especializado e isso muitas vezes faz com que os próprios assentados não tenham a dimensão da sua agrovila. Com os mapas fica mais claro essa divisão. (Sra. G., Assentamento Antônio Conselheiro, 2018).

Para a professora, embora o assentamento não esteja resolvido quanto a questão da regularização fundiária, o mapa simples ao revelar o ordenamento espacial das agrovilas com seus espaços de moradia, produção, comercialização, circulação e lazer poderá contribuir na decisão sobre a “emancipação” ou não da terra no Assentamento.

O momento tem sido de decisões sobre áreas de cultivo; mudanças no material das barracas; A reestruturação de áreas de várzea e com o mapa fica materializada a divisão das comunidades e a localização das casas de moradia; de quintais produtivos, das escolas entre outros equipamentos, daí a importância dessa cartografia simples. (Sra. G. Assentamento Antônio Conselheiro, 2018).

Na entrega do mapa à líder comunitária deixou clara a importância da “cartografia simples” no diálogo com o Incra sobre a localização de equipamentos como as barracas para a comercialização dos produtos e mesmo as áreas de roçado de várzea. Ou seja, a nesse processo de construção, conforme Batista (2014) o mapa deve ser visto como um instrumento de luta capaz de fortalecimento a luta pela permanência na terra e pela autogestão do assentamento.

Considerações finais

O Assentamento Antônio Conselheiro traz para o mundo rural a importância da reforma agrária popular e da luta pela vida no assentamento. De acordo com Oliveira (2001) uma fração do território conquistada pelos camponeses na luta pela terra e por condições de trabalho e vida

na terra conquistada. No processo, a escola do campo e a pedagogia da terra são instrumentos de emancipação humana gestados no diálogo com a Associação de agricultores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o MST e a CPT, instituições representantes do campesinato no Ceará.

O trabalho com os assentados/as trouxe uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do “olhar geográfico” (Callai, 2013, p.109) dos/as educandos/as na escola e criou um “mapa simples” produto de conhecimentos geográficos teóricos e práticos e do encontro de culturas científica e popular. É relevante considerar que as ações são tímidas frente a demanda nas comunidades, nos assentamentos e nas escolas do campo, porém procedimentos metodológicos pautados na cartografia social tem conseguido mapear formas de vida e formas de luta pela terra desenvolvidas pelos povos do campo.

No processo de organização social, política e cultural nas áreas de reforma agrária, os camponeses estão territorializando e mapeando a luta por políticas públicas, educação, soberania alimentar e reforma agrária popular. Acreditamos que a luta pela gestão do Antônio Conselheiro se constitui uma força para reavivar o paradigma da questão agrária e da luta pela terra.

Referências bibliográficas

BATISTA, M.A.S. **Questão agrária e campesinato**: a feira agroecológica como estratégia de consolidação camponesa. 200f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2014.

BATISTA, S. C. Construindo uma cartografia camponesa. **Revista Para Onde?** UFRGS, Porto Alegre, 8 (2): pp. 63-73, 2014. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/viewFile/61569/36410> Acesso em: 10 abril 2019.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALLAI, H.C. **A formação do profissional da Geografia**. Ed. Unijuí, Ijuí, 2013.

CARVALHO, S. M. G. **Educação do Campo**: Pronera, uma política pública em construção. 2006. Tese 350f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2006.



DINIZ, A.S. PRONERA/Sobral: Relatos de uma experiência. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v.4/5, p.115-129, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ProneraSobral-4850541.pdf> Acesso em: 10 abril 2019

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006. p 27-39.

_____. Educação do campo e desenvolvimento territorial rural. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 14, n.18. pp.125-135. Jan- jun/ 2011. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/18/12_fernandes.pdf Acesso em: 10 abril 2019.

_____. Reforma Agrária e Educação do Campo no Governo Lula. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/17406/11184> Acesso em: 10 abril 2019.

MARINHO, G. Sem Terra usam a criatividade para desenvolver experiências educacionais no Ceará. In: **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Nossos frutos: Educação, 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/01/27/ao-som-das-latas-a-horta-madala-sem-terra-desenvolvem-experiencias-educacionais-no-ce.html> Acesso em: 23 jan. 2017.

MARTINS, J. S. A educação, entre o balcão e o ensino. In: **O Estado de S. Paulo** [Caderno Aliás, A Semana Revista] domingo, 30 de março de 2008, p. 15.

MST. Programa agrário do MST. **MST Secretaria Nacional**. São Paulo, 2014.

MST. A agroecologia como modelo ideal de produção de alimentos. **MST Secretaria Nacional**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/17/a-agroecologia-como-modelo-ideal-de-producao-de-alimentos.html> . Acesso em: 10 jan/2017.

OLIVEIRA, A. M.; SAMPAIO, A.J.M. Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, São Paulo. Ano 20, n. 37. Pp. 154-168, 2017. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4989/3869> Acesso em: 10 abril 2019.

OLIVEIRA, A. M.; SAMPAIO, J.L.F; ALENCAR, F. A. G. Diálogo e compromisso social: um percurso geopolítico com jovens do campo. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, v. 26, p. 118-131,



2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/75192> . Acesso em: 10 abril 2019.

OLIVIERA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados.** (USP) V.15 n. 43, pp. 185-206, 2001. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403> Acesso em: 10 abril 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Ed. Ática, São Paulo, 1993.

RODRIGUES, M.F.F. (org.). **Do Campus ao Campo:** olhares sobre políticas públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

SANTOS, D. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço: revista de Geografia e Interdisciplinaridade.** Grajaú/MA. V.2, n.6 pp.273-293, 2016. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6497/4159> Acesso em: 10 abril 2019.

SOUSA, A.S.H. Assentamento Antônio Conselheiro/CE: um olhar sobre suas relações sócio-espaciais. **Dissertação** (Mestrado) 105f. – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.